



Trabalho da criança e do adolescente no semiárido do Nordeste: um aprendizado de normas socialmente legítimas e juridicamente desviadas

Gerardo Clésio Maia Arruda¹

Sheila Pires Raquel²

Raisa Pinheiro Arruda³

Resumo: Esse artigo procura contribuir para a compreensão dos padrões culturais que estão na origem da legitimação social do trabalho de crianças e adolescentes no semiárido do Nordeste. Com base na história de vida de migrantes sertanejos, que viveram a infância e a adolescência na primeira metade do Século XX na zona rural, explicitam-se os hábitos, que se encontram na base da idealização do trabalho, como essenciais para a formação da personalidade e que conduzem os pais a introduzirem os filhos em uma atividade produtiva, em detrimento do tempo dedicado à formação escolar.

1 Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) – Fortaleza – Brasil – clesioarruda@yahoo.com.br – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9384576454169980> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1165-8137>.

2 Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza – Brasil – sheila.raquel@saude.gov.br – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3063960942506568> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7463-5450>.

3 Centro Universitário UNIFTEC – Fortaleza – Brasil – raisaarrudapsi@gmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0269262672704551> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9389-4327>.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Valores Morais; Representação do Trabalho.

Semi-arid Northeast's child and adolescent labour: an apprenticeship in socially legitimated and judicially deviated norms

Abstract: *For the purposes to contribute to an cultural patterns' understanding of social legitimisation of child and adolescent labour roots, in the semi-arid Northeast. Based upon sertanejos' migrants life stories, which had lived their childhood and youth, in the first part of the 20th century in agrarian areas, it's underlined habits grounded on labour idealization basis as essential for personality development, leading parents to engage their children on productive activities, rather than dedicate time for school education*

Keywords: *Child labor; Moral values; Labor Representation.*

Trabajo infantil y adolescente en la región semiárida del Nordeste: aprendizaje de normas socialmente legítimas y legalmente desviadas

Resumen: Este artículo busca contribuir a la comprensión de los patrones culturales que están en el origen de la legitimación social del trabajo de niños y adolescentes en la región semiárida del Nordeste. A partir de la historia de vida de migrantes del campo, que vivieron su infancia y adolescencia en la primera mitad del siglo XX en el medio rural, se explican hábitos que están en la base de la idealización del trabajo, como esencial para la formación de la personalidad, y que llevan a los padres a introducir a sus hijos en una actividad productiva, en detrimento del tiempo dedicado a la educación escolar.

Palabras clave: Trabajo infantil; Valores morales; Representación del trabajo.

Introdução

O trabalho da criança e do adolescente, principalmente no que concerne à compreensão das causas que contribuem para a sua prática, ainda se coloca como objeto de estudo que demanda investigações dos fatores corroboradores dessa *praxis*. A inserção precoce em uma atividade produtiva, fora dos parâmetros delimitados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que permite o trabalho do adolescente como aprendiz somente desde os 14 anos, erige barreiras para o desenvolvimento cognitivo dos jovens, em razão do

afastamento da escola na fase mais significativa para a introjeção de elementos essenciais ao aprendizado formal complexo e à capacitação profissional. A organização social que convive com esse fenômeno nutre uma imperiosa situação de anomia no futuro próximo, uma vez que vai de encontro às necessidades do mercado de trabalho, que cada vez mais exige uma permanente capacitação.

As estatísticas referentes aos jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio apontam que, entre os oriundos dos domicílios mais ricos, nove a cada dez estão em situação regular. Porém, apenas sete a cada dez residentes nos lares mais pobres frequentam a escola na etapa adequada, o que significa que três se encontram em defasagem escolar, motivada por reprovação, abandono ou de evasão escolar. Ressalte-se ainda que, ao se considerar os alunos com aprendizagem adequada segundo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), referente à 3ª série do Ensino Médio, tem-se que 19,2% possuem nível socioeconômico alto e 4,9% nível socioeconômico baixo (Brasil, 2021). Eis uma questão social com previsível impacto negativo no futuro próximo, uma vez que é crescente a demanda de conhecimentos na passagem do capitalismo industrial para o pós-industrial.

Com efeito, está se construindo uma elevada dívida social, consequência da inépcia da formação educacional e, por decorrência, profissional, em um cenário de ampliação da seletividade do mercado de trabalho, resultante do aperfeiçoamento dos equipamentos, dos materiais e dos sistemas produtivos, enfim, da aceleração da inovação técnico-científica. Portanto, urge a necessidade do debate acerca da educação por várias áreas do conhecimento, pois, quanto maior o retardo no enfrentamento do baixo aprendizado e da evasão escolar dos jovens, mais intensos serão os problemas sociais, como o desemprego, a fome e a violência.

O artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) explicita a existência da obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental e médio. Ademais, o artigo 55 imputa aos pais e responsáveis o dever de matricular seus filhos na rede regular de ensino. Vê-se aí que não estamos diante de matéria negligenciada em seu aspecto jurídico, pois a regulação nacional atende a normatizações promulgadas nos tribunais internacionais quanto à obrigatoriedade da educação dos jovens. Na verdade, o problema reside na necessidade da efetivação de tais normas; esse empreendimento demanda a formulação de um consenso social indutor da indignação coletiva quando da constatação da existência de jovens fora da escola, que institua opiniões públicas impositivas de mudanças reais, sendo, portanto, capaz de criar uma vontade política irresistível.

Nesse sentido, busca-se trazer à tona os aspectos culturais que legitimam as ações dos adultos que privilegiam a ocupação dos jovens em atividades laborais impeditivas de um tempo mais prolongado na escola, principalmente dos jovens pertencentes às classes sociais de baixa renda. Isso porque, contrariamente, as de renda média e alta valorizam a complementação da formação educacional por meio de aprendizados de outros idiomas ou da prática de esportes, e quando muito admitem a ocupação em trabalhos não comprometedores do estudo formal obrigatório.

As reflexões aqui realizadas estão alicerçadas em pesquisa de campo com migrantes, selecionados com base em sondagem preliminar realizada com doze pessoas indicadas por membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral, que viveram a infância e adolescência na zona rural até fins dos anos 1960. Esse corte temporal permitiu pesquisar migrantes que experienciaram em seus locais de origem relações sociais travadas entre indivíduos que compartilhavam fortemente valores, aqui entendidos como um complexo conjunto de crenças e preferências que sustentam a visão de mundo de um grupo específico. Destarte, considerou-se ainda a hipótese de que a permanência de uma crença está ligada à correspondência de sua legitimidade empírica, e que, por isso, o sistema de valores é aberto e instável, dado que a sua constituição se dá nas interações sociais (Siches, 1970).

Foram realizadas entrevistas exploratórias com as doze pessoas indicadas e, em seguida, transformaram-se os dados coletados nas entrevistas em uma base de informação para identificar, dentre os informantes, sujeitos representativos dos sertanejos migrantes da primeira metade do Século XX. Buscou-se, portanto, como salienta Carlo Ginzburg, selecionar pessoas que pudessem ser pesquisadas como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro em um determinado período histórico (Ginzburg, 1991: 27). Assim, estribado nas biografias das doze pessoas entrevistadas, selecionei os migrantes junto aos quais iria aprofundar a pesquisa; priorizou-se, na seleção, aqueles que mais pareceram compartilhar experiências com os demais entrevistados.

Examinaram-se as três formas de inserção mais frequentes nas relações de trabalho da zona rural do semiárido, como um filtro para selecionar os pesquisados. Portanto, entrevistou-se um migrante que, quando no sertão, trabalhou na agricultura na condição de *parceiro*, ou seja, que subsistia em uma terra que pertencia a outra pessoa e que, em troca desse uso, cedia parte do resultado de seu trabalho. Distinguiu-se o trabalho na forma da *parceria* como ocupação representativa em virtude de sua relevância estatística dentre as ocupações agrícolas sertanejas; mais especificamente, o *parceiro-morador* figurou como o ideal

para esta pesquisa. Mas havia ainda outra questão a ser considerada na escolha dos informantes: o conjunto dos indivíduos deveria formar uma representação coerente das condições de reprodução dos trabalhadores rurais do semiárido de meados do Século XX.

Outra atividade constituída na exploração econômica do semiárido no período que compreende a sua ocupação até meados do Século XX, portanto, representativa das atividades executadas pelos migrantes no seu lugar de origem, é o trabalho agrícola exercido na condição de membro de uma família que detém uma pequena propriedade. Ao se considerar essa atividade, garantiu-se uma cobertura das situações de trabalho agrícola na zona rural que se apresentam como as mais frequentes dentre os migrantes sertanejos. Os *pequenos proprietários* se caracterizam pela capacidade de resistir mais tenazmente aos períodos de chuvas escassas, como salienta Neves (2000), mas demandam trabalho nas cidades quando a estiagem abarca um espaço de tempo mais longo. Ademais, é preciso considerar que a extensão da propriedade, quase sempre, não é capaz de garantir a sobrevivência de todos os filhos do proprietário que se casam e formam outras unidades familiares, sendo assim obrigados a buscar a reprodução em outros espaços.

A pecuária foi a atividade que propiciou a ocupação do semiárido nordestino. Ainda que tenha ocorrido, desde o Século XIX, uma redução da participação relativa da pecuária na produção de riqueza frente ao extrativismo e ao comércio das cidades, essa é uma atividade ainda hoje praticada nesse espaço do Nordeste. Na verdade, a ocupação de *vaqueiro* se encontra na base da formação social sertaneja. E, além de simbolicamente construído na literatura como um indivíduo dotado de uma coragem extremada, o vaqueiro é representado como o tipo que encarna a personalidade do sertanejo. Dentre outros romances, encontram-se como enaltecedores da bravura, como um atributo que o distingue positivamente diante dos outros sertanejos, a obra *O Sertanejo*, de José de Alencar (2002), e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (2019). Também nos estudos *histórico-sociológicos* como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (2019), e *Terra do Sol*, de Gustavo Barroso (1962), há uma valorização do vaqueiro como indivíduo de coragem.

Enfim, a consecução de histórias de vida como procedimento adotado na coleta de informações possibilitou conhecer o cotidiano experimentado pelos indivíduos ao longo de sua trajetória. Mobilizaram-se, ao construir as histórias de vida do *parceiro-morador*, do *pequeno proprietário* e do *vaqueiro*, informações que possibilitaram compreender as expectativas que substanciavam as relações sociais com seus pais, irmãos, colegas de trabalho e, assim, apreender

a realidade social total (Priore, 1997) da infância dos sertanejos migrantes pesquisados, pela compreensão de seus sentimentos e crenças.

1. Nascidos em uma sociedade de interconhecimento

Na zona rural do semiárido⁴, até meados do Século XX, as famílias produziam quase tudo o que era necessário à sua existência. Daí se formou uma sociedade no campo com uma baixa relação de dependência entre as pessoas, tornando-as isoladas e individualizadas na luta para satisfazer as suas necessidades. Isso concorreu para a existência de similitude e não de complementaridade das ações cotidianas de cada um.

Essa característica, que de acordo com Mendras (1978) é comum a grande parte das comunidades rurais, proporciona um tipo de vida em que as pessoas compartilham um cotidiano semelhante, na medida em que as atividades se repetem diuturnamente sem grandes variações e sem diferenças significativas do modo como os seus vizinhos também as realizam. Como os sertanejos, sujeitos desta pesquisa, no início de suas trajetórias de vida, estavam imersos em um cotidiano regulado de tal maneira que todos sabiam o que os outros faziam e o modo como faziam, o conhecimento de um era compartilhado por todos os membros da comunidade. “Conhecer-se assume, portanto, um sentido ao mesmo tempo preciso e pleno: cada um conhece todo mundo, isto é, todos os demais, e todos os aspectos da personalidade do próximo” (Mendras, 1978: 88).

A dinâmica das relações sociais sertanejas, predominante na primeira metade do Século XX, restringia-se basicamente às pessoas da sociedade envolvente. Isso porque o modo de produção não gerava excedente para a troca. Por isso, só raramente se contatava com pessoas das cidades, de sorte que as condições de vida compeliavam o sertanejo a se relacionar com os membros de sua família, somente em raras ocasiões – quando dos mutirões e das festividades – com os vizinhos. Essa característica emergiu na fala do *parceiro-morador*, quando fez comentários acerca de sua diversão nos dias de folga: “No final de semana só

4 Como esclarecimento acerca da constituição do espaço nordestino, vale referenciar a divisão geográfica realizada por Andrade (1986) que divide o Nordeste em quatro grandes regiões: Mata, Agreste, Sertão e o Meio Norte. A área do semiárido, que é concernente à divisão natural do Nordeste, localiza-se tanto no Sertão como no Agreste. Nesse espaço, predomina uma vegetação do tipo caatinga arbórea e mata ciliar com carnaúba; a temperatura oscila entre a média das máximas de 33° e a média das mínimas de 22°; convive-se aí com longos períodos de estiagem, portanto, com a dificuldade de acesso à água, mesmo para o consumo mais elementar e indispensável à sobrevivência. Destacava-se, em termos econômicos, até a primeira metade do Século XX, a exploração da pecuária, da cotonicultura, da agricultura e do extrativismo vegetal, assentada em relações de trabalho não assalariado (Andrade, 1986).

tinha uma bodega, onde a gente comprava cigarro, merenda, castanha torrada e farinha d'água. Esse era o nosso divertimento” (Relato do *parceiro-morador*).

Resulta daí que o modo de agir, pensar e sentir dos sertanejos sofria a influência de pessoas com um tipo de vida semelhante à sua, na medida em que trabalhavam com os irmãos, sob as ordens do pai; conversavam com as mães, nos intervalos entre o trabalho e as brincadeiras; brincavam com crianças inseridas no mesmo cotidiano.

Vale ainda considerar, como elemento definidor da dinâmica das relações sociais do sertão no período aqui enfocado, a distribuição das pessoas no espaço físico, pois, no semiárido, havia vastos territórios desocupados, o que distanciava as famílias umas das outras e dificultava o alargamento de contato com pessoas que possuíam díspares experiências de vida. Essa característica da paisagem do semiárido emergiu na fala do *parceiro-morador* ao relatar uma viagem do Piauí para o Ceará. Ele havia se deslocado para trabalhar na extração de cera de carnaúba no Piauí, em um período de seca e de poucas oportunidades de trabalho no Ceará:

Voltei com mais dois cearenses. O dinheiro só dava para o trem; então, eu disse: vamos aqui por dentro até Granja, pode passar um carro por nós..., pode ser gente boa..., a gente pede carona. De lá até Granja, dá umas trinta léguas. Saímos de lá eram umas quatro horas da madrugada, amanhecemos o dia já lá no meio do caminho, e nada de passar carro por nós, nem de ida, nem de volta. Já eram seis horas da tarde do segundo dia, os três já estavam enfadados que só bode, quando avistamos um carro, lá longe... (Relato do *parceiro-morador*).

O período a que o pesquisado se refere é ainda o do sertão de poucas estradas, poeirentas e esburacadas, da transição do transporte no lombo do animal para o do caminhão. É só dos anos 1960 em diante que o sertão passa a dispor de melhores estradas; com elas, o tráfego se intensificou e se ampliou a quantidade de mercadorias, de pessoas e de informações que passaram a entrar e sair do sertão.

Mas há que se considerar ainda o aspecto de que o sertão desse período é também um mundo que dá pouca importância à escrita, à leitura. Era um universo de poucas palavras e letras. O mundo em que seus pais estavam inseridos não era capaz de dotá-los de uma expectativa favorável em relação à instrução formal, porque o sertanejo não via como objetivar na sua vida cotidiana o conhecimento.

Nas reflexões do personagem Fabiano, da obra de Graciliano Ramos (2019), *Vidas Secas*, é possível vislumbrar o tipo de conhecimento valorizado pelos que vivem no sertão: “Indispensável os meninos entrarem no bom caminho, saberem cortar mandacaru para o gado, consertar cercas, amansar brabos”. Pondere-se também a afirmação de Queiroz (1973: 55) de que, para o sertanejo, “o prestígio depende de qualidades pessoais positivamente sancionadas pela tradição: desinteresse, generosidade, respeito pelos outros, bondade, coragem, bom-senso e, em último lugar, instrução”. Porém, o sertanejo é taxativo em defender que as atividades laborais infantis visam assegurar a sobrevivência familiar. Portanto, “a educação torna-se luxo inacessível, que não vislumbra perspectivas futuras” (Vasconcelos, 2020: 31).

O personagem Fabiano acredita que se deve logo encaminhar os filhos na labuta da terra e nos cuidados com os animais, porque não adianta nada gastar tempo com estudo se o destino já está traçado. Para quem está condenado a brigar eternamente para manter o estômago cheio e as pernas firmes, dominar as letras não está nos seus horizontes. Fabiano se conforma à sua condição miserável. Resigna-se ao fato de que não é fácil tirar a sobrevivência de uma terra onde prevalece a certeza de que a seca é inevitável. Entende-se aqui a resignação como um mecanismo do processo de dominação, na medida em que o indivíduo reconhece a opção tomada como a única possível e ao seu alcance, legitimando assim as distâncias existentes na estrutura social.

Ressalte-se que os entrevistados não frequentaram a escola e tiveram suas relações circunscritas aos pais e irmãos no trabalho familiar. Eles não experimentaram a oportunidade de conviver com *grupos de iguais*, formados por crianças de núcleos familiares distintos e que se agrupam dentro e fora da escola, que desempenham um papel importante, além da família, na socialização do indivíduo. *Grupos de iguais* são relevantes para a introjeção de formas de atitudes, crenças e valores. Como assevera Argyle (1976: 73), “estudos mostram que os grupos de crianças têm normas próprias às quais os membros geralmente se conformam. As fontes de tais normas são as famílias de outros membros, professores e outros adultos ligados com o grupo”.

Ao ser privado de relações sociais mais diversificadas, o sertanejo também enfrentou dificuldade para aprender a se comunicar pela fala. O personagem Fabiano, do romance de Graciliano Ramos, grunhe, emite sons estranhos e formula frases ininteligíveis; imita os da cidade e repete suas palavras noutros contextos. Seu filho mais velho o reproduzia: “Como não sabia falar direito, o menino balbuciava expressões complicadas, repetia as sílabas, imitava

os berros dos animais, o barulho do vento, o som dos galhos que rangiam na caatinga, roçando-se” (Ramos, 2019: 59).

O *parceiro-morador* entrevistado, assim como Fabiano, em *Vidas Secas*, ao confrontar a sua fala com as das pessoas culturalmente inseridas no mundo urbano, construiu uma representação que o idealizava como um indivíduo que não sabia se comunicar, no sentido de que tinha dificuldade de se expressar, de tornar inteligíveis seus sentimentos e conhecimentos (Ramos, 2019). Em trecho da entrevista, o *parceiro-morador* falou o seguinte: “(...) Eu lembro que falava tão ruim... Hoje em dia ainda falo ruim, mas nesse tempo falava pior do que hoje”.

O *parceiro-morador*, como os demais migrantes entrevistados, encontrou dificuldade para se comunicar com os da cidade, e isso não é algo que se aprende com rapidez. O que aparece no seu relato é que dominar a fala e se expressar com facilidade ainda é, para ele, um problema. Isso é dito no que não foi falado. Ao introduzir o assunto, o *parceiro-morador* disse: “Eu lembro que falava tão ruim”. Concluiu a sentença emudecendo. Silêncio?! É somente isso seu emudecimento? Não. Na verdade, ele faz uma pausa reflexiva para confrontar passado e presente e, em seguida, arrematou: “Hoje em dia ainda falo ruim”. Acreditava que sua fala ainda era deficiente: “Nesse tempo falava pior do que hoje”. Ontem, falava ruim; hoje, menos, mas ainda assim ruim.

A dificuldade de se expressar oralmente com desenvoltura é um elemento que faz o sertanejo se reconhecer como diferente daqueles que são da cidade. Marca assim uma distância que o deprecia diante do cidadão, uma vez que, na cidade, ao contrário do que acontece com o indivíduo que vive no sertão, isolado e se comunicando com um pequeno número de pessoas, em meio a eventos cotidianos que se repetem diuturnamente, exige-se permanentemente o contato com pessoas com experiência de vida estranha à sua. Em outras palavras, na cidade, vive-se permeado de interações sociais efêmeras e com pessoas que não compartilham o mesmo cotidiano. No sertão, o sertanejo se comporta de forma a atender expectativas semelhantes; na cidade, tem que atender a expectativas diversas acerca de seu comportamento. “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (Lefebvre, 2001: 15).

Enfim, a representação de que o sertanejo é um tipo humano que não sabe se expressar pela fala o delimita como a parte mais frágil nas relações sociais com os da cidade, considerando as interações que ocorrem sob a orientação de um processo de disputa de bens e de poder, pois, no universo urbano, é exigida dele a habilidade de se comunicar com múltiplos interlocutores que agem se orientando por valores diversamente visados.

Já os produtores agrícolas com terra, ao contrário dos agricultores parceiros sem-terra, tinham mais oportunidades de manter relações sociais com pessoas que não os residentes na zona rural, pois, mesmo em ocasiões isoladas, direcionavam-se para as cidades com o intuito de fazer compras e suas condições de sobrevivência lhes permitiam até mesmo deslocamentos a grandes distâncias, como as viagens para ir às festas religiosas. É o que se deduz da fala do *pequeno proprietário*, ao comentar as idas de sua família para a festa de São Francisco, na cidade de Canindé: “Íamos para Canindé de dois em dois anos. Meu pai fazia promessas e nós íamos de pau-de-arara. Fazíamos o caminho de cento e sessenta quilômetros em doze horas de viagem”.

Entretanto, mesmo considerando que algumas famílias sertanejas, como é o caso da família do filho do *pequeno proprietário*, mantinham contato com pessoas de fora da zona rural, é possível considerar que aí, na primeira metade do Século XX, predominava a relação social do tipo comunitária, aqui entendida como “todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo” (Nisbet, 2000: 254).

O gênero de vida sertanejo estava estribado em uma forma que o dispunha sobre o espaço físico de tal maneira que os indivíduos se encontravam em permanente contato com os membros de sua própria família e só eventualmente com os de outras famílias, como nas ocasiões em que se reuniam para realizar a colheita e a farinhada, de sorte que as ações executadas com pessoas de outros domicílios constituíam uma exceção à regra. Com apoio em Max Weber (1991: 245), é possível afirmar que o sertanejo vivia sob a influência do tipo puro de comunidade, que é a comunidade doméstica, “universalmente mais difundida e compreendendo uma ação comunitária muito intensa e contínua. É o fundamento primordial da piedade e da autoridade, fundamentos, por sua vez, de muitas outras comunidades humanas”.

Na comunidade doméstica sertaneja, cada um dos membros da família desempenhava um papel social que se coadunava ao dos demais na consecução de atividades que objetivavam a manutenção de seus membros. Para esse fim, os jovens eram orientados em tenra idade. Essa característica desenvolvia no indivíduo tanto uma dependência em relação aos outros membros da família como favorecia a formulação e a consagração do sentimento de pertença.

2. As primeiras lições

Os sertanejos desta pesquisa, entre os seis e oito anos de idade, aprenderam com os pais as atividades na agricultura e no trato dos animais. Assim como o lazer e o

trabalho, os papéis sociais também se confundiam no cotidiano sertanejo: em um determinado momento de suas vidas, o pai foi também patrão e mestre de ofício. Interagia com os membros familiares visando a diferentes objetivos, como o de manter a unidade familiar, garantir a produção dos bens necessários à reprodução e o de ensinar as tarefas na agricultura e no trato dos animais.

Tem-se aí um mecanismo que Mendras (1978: 89) define como “um exercício particularmente estreito e direto da ordenação social”. A compreensão desse processo é possível pela análise do aprendizado do trabalho a que o sertanejo é submetido ainda em tenra idade. Os relatos de suas trajetórias de vida demonstraram esse fato, uma vez que os sertanejos se lembravam recorrentemente de seus pais por meio do tema trabalho. O *parceiro-morador*, por exemplo, descreveu seu pai como um trabalhador sem-terra, que se desdobrava para garantir a sobrevivência da família.

O *vaqueiro*, que se tornou órfão de pai muito cedo, lembrou-se da mãe trabalhadora que, para sustentar três filhos ainda pequenos, trabalhava na roça durante o dia e na confecção de chapéus de palha de carnaúba à noite. Foi a sua mãe quem, na verdade, mostrou-lhe e demonstrou-lhe que o tempo de vida do sertanejo se confunde com o tempo do trabalho:

Mamãe era disposta. Ela nos colocava de lado e ia para o roçado. Cavava de um lado e de outro, eu e meu irmão íamos semeando. O mais novo ficava com minha avó. Nós saíamos umas três horas da manhã para o roçado, comíamos cuscuz passado no pilão. Passávamos o dia trabalhando sem sequer comer uma farinha d'água com rapadura, como é costume entre os agricultores. No roçado era só água, e somente quando chegávamos em casa é que comíamos feijão. À noite, fazíamos chapéu de palha. Ela riscava umas cinqüenta abas para cada um. Não tinha escolha! Fazia ou tomava peia. Mas isso era só para amedrontar, ela nunca batia na gente. E assim nós íamos pelejando... (Relato do *vaqueiro*).

E mesmo o filho do *pequeno proprietário*, que contratava trabalhadores em sistema de parceria nos momentos de trabalho mais intenso, também ia para o roçado auxiliar o pai nos serviços da queimada, da plantação e da colheita. Ele se referiu ao pai neste diálogo:

Um dia, fazia uma chuvinha fina, ele brigou comigo porque eu tinha deixado as sementes fora.

- Não dá para nascer, meu filho! A semente fora, desse jeito, não nasce.

Mas choveu muito à noite. A chuva contribuiu para aterrar as covas, e o algodão nasceu todo. Depois a gente passava por lá e ele dizia:

- Meu filho, aquele algodão que nós plantamos nasceu todo, já está capoeira e estamos colhendo algodão (Relato do *pequeno proprietário*).

Para os pais dos sertanejos entrevistados, era importante que os filhos fossem iniciados o mais cedo possível no trabalho em coisas práticas, úteis. Era necessário que soubessem fazer cerca, cavar poços, amansar brabos, preparar o terreno, semear a terra e fazer a colheita. Quanto a isso, foram bem orientados; os pais deram a lição com rigor. O *parceiro-morador* saberia repassar a lição aprendida, se fosse necessário; o *vaqueiro* também se mostrou um bom aprendiz:

Faço, na hora, o parto de uma vaca. A vaca tem a placenta que vem... O bezerro vem na frente, mas..., quando dá problema, a placenta vem na frente e o bezerro atrás; o bezerro fica preso querendo vir, mas não vem. A vaca se deita, arreia, cai; se não tomar providência, ela morre. Eu pegava uma lata de óleo, uma agulha grossa, própria, levava o fio próprio; amarrava a vaca, que era para não dar coice; chegava, metia a mão dentro, sem luva, sem nada; lavava os braços, bem lavados, para não ter risco, nem nada; soltava o bezerro, puxava o bichinho, e ele vinha. É muito interessante! Dava os pontos na vaca, depois ela se levantava, ficava por ali..., chegava perto do bezerro e lambia o bichinho (Relato do *vaqueiro*).

Um olhar apressado sobre as falas dos sertanejos induz a se pensar que a ida do jovem para o trabalho, levado pelos pais, é um acontecimento natural na vida do sertanejo. Parece até que não há aí qualquer conflito, dado que, nos relatos, o ato da criança se dirigir diariamente para um trabalho de jornadas extensas aparenta um encontro de colegas para dar vazão às necessidades próprias da meninice. Adoto aqui o sentido dado por Simmel (1983: 122) ao termo “conflito”, que o define como algo sempre presente na existência do indivíduo e que é formador de sua personalidade, além de assegurar “algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes”. Nesse sentido, embora se observe no processo de socialização da criança a força imperiosa do adulto intencionando inculcar valores, observar-se-á por intermédio dos conflitos reproduzidos nas falas dos entrevistados que as crianças não são meros produtos do processo de socialização, mas, como assevera Oliveira

(2018), ao referenciar a Nova Sociologia da Infância, elas se manifestam como atores sociais ativos.

Os relatos demonstram que é mediante uma interação conflituosa que eles assimilam o costume de auxiliar o pai no trabalho. Ora, o que se verifica nesse evento é que o pai, pela demonstração e autoridade, inculca no filho o trabalho como um valor moral. É claro que a produção agrícola baseada na unidade familiar necessita também da força de trabalho dos mais jovens e é, normalmente, o pai que ensina as tarefas aos filhos. Essa é uma característica universal do trabalho rural. Contudo, a transferência de um valor cultural é outra característica presente na relação pai e filho, pois há entre os camponeses, como afirma Redfield (1956: 23), “uma valorização tão positiva do trabalho que o define não apenas produtivo do ponto de vista material, mas também como cumprimento de uma ordem divina”.

O *vaqueiro*, ao se lembrar de sua infância, confessa uma dívida para com a sua mãe, que trabalhava dia e noite para alimentar os três filhos: “Eu e meus irmãos devemos isso a ela. Viúva e com uma mãe velha, com tudo adverso, foi capaz de nos manter vivos”. Faz uma pausa para reflexão e diz: “Saíamos umas três horas da manhã para o roçado”. Silencia, reflete, parece pensar o seguinte: não era correta, para uma criança, uma vida daquela. Trabalhava o dia todo, sem comida, só tinha direito à água. Olhando para o passado, avalia: “Não havia escolha, mamãe tinha que nos obrigar a trabalhar naquele regime, não possuíamos recursos, o que fazer então? (...). Mas mamãe era muito boa. Ameaçava nos bater, mas nunca concretizava a ameaça”.

O *pequeno proprietário*, ao discorrer sobre a obrigação de trabalhar na infância, demonstra sua insatisfação mais explicitamente. Em sua fala, não utiliza subterfúgios, deixando claro que o processo disciplinador ao qual foi submetido na infância lhe deixou marcas. Suas lembranças são as de uma criança que, trabalhando na chuva, dando o máximo de si, ainda era repreendida pelo pai, que a censurava dizendo: “A semente fora, desse jeito, não nasce”. Mais à frente, ele fala sem esconder o entusiasmo: “Ah! Mesmo assim nasceu. Choveu. A semente foi aterrada. O algodão nasceu”. O *pequeno proprietário* foi à desforra: “Ouvi depois de meu pai: – Meu filho, aquele algodão que nós plantamos nasceu todo, já está capoeira e estamos colhendo algodão”.

Os pais executavam seu trabalho com rigor e ensinavam os filhos a fazerem o mesmo. Esforçavam-se para tornar seu comportamento uma referência que transmitisse o seguinte: ao trabalho, o homem deve se entregar com toda sua energia e sem cometer erros. Enfim, o que o pai do sertanejo almeja, ao lhe transmitir ensinamentos práticos, é inculcar-lhe a ideia de que só pelo trabalho

o indivíduo se torna alguém digno, uma pessoa merecedora de respeito. Como referenciam Feitosa e Dimenstein (2004), o trabalho surge como aquilo que, apesar da pobreza e sofrimento, pode ser deixado e transmitido aos filhos.

Para entender a operacionalização desse processo, é preciso atentar para a ideia de que há influências que recaem sobre os membros da família sertaneja que são de pessoas de fora do grupo familiar, mesmo no caso do grupo familiar sertanejo, formado por indivíduos que pouco contato mantêm com pessoas com experiências de vida estranhas à sua. Na verdade, o sertanejo, ao inculcar no filho a ideia de que o indivíduo deve realizar o seu trabalho de forma árdua, responsável, está se reproduzindo de acordo com a representação fundada na sua relação com o fazendeiro, que distingue o sertanejo como um tipo humano trabalhador. Isso faz o conflito entre pai e filho sertanejos, no qual este último se dobra à força do primeiro, contribua para a manutenção da harmonia não somente do grupo familiar, mas, principalmente, para a manutenção da estrutura de dominação na qual o sertanejo e sua família se encontram inseridos. Nesse sentido, as relações conflituosas que o sertanejo mantêm com seu pai na infância devem ser entendidas, sobretudo, como um momento do processo de socialização.

Compreendo processo de socialização como o canal pelo qual se efetiva a construção da identidade social do indivíduo, portanto, como o desenvolvimento de hábitos concernentes a um momento específico de um espaço particular. E, ao operacionalizar o conceito de socialização, adoto a perspectiva de Berger e Luckmann (2001), que distinguem as formas de socialização primária e secundária.

A socialização primária é o que torna um indivíduo membro de uma sociedade. O seu mecanismo é constituído das relações entre o mundo social da família e o universo institucional da escola (Dubar, 1997). O aprendizado da fala, da leitura e da escrita são os saberes de base que permitem ao indivíduo apreender os modelos predefinidos de condutas sociais. Todavia, é preciso considerar que, na zona rural do semiárido, até a primeira metade do Século XX, o acesso das crianças à escola era restrito. Dessa maneira, a socialização primária do sertanejo se dava nomeadamente no âmbito da família.

Em outras palavras, os entrevistados expressaram que experienciaram uma infância em que estavam alijados de um ambiente cultural de desenvolvimento da personalidade como definido por Corsaro (2011), ou seja, em que as crianças são influenciadas na formação de suas subjetividades,

ao mesmo tempo em que também influenciam na dinâmica das estruturas culturalmente estruturantes, por duas culturas de pares, a saber: a das crianças e a dos adultos. Entende-se aqui que a cultura das crianças, como definido pelo autor, é fortemente constituída pelas interações nas escolas e nas brincadeiras infantis.

Na verdade, as crianças no sertão nordestino, da primeira metade do Século XX, não participavam de uma rede de interações infantis em um ambiente escolar. Entretanto, possuíam seus momentos lúdicos, jogos e brincadeiras, embora praticamente restritos ao convívio com irmãos, ao se banharem nos lagos e riachos e caçarem passarinhos, por exemplo, o que lhes permitiam desenvolver conjuntamente estratégias de fuga da realidade, de fórmulas de escape da autoridade dos adultos. Essa especificidade do ambiente cultural em que as crianças sertanejas estavam imersas contribuiu fortemente para um aprendizado coerente dos papéis e das atitudes características do mundo de seus pais, ao interiorizá-los praticamente como os únicos possíveis e existentes.

À época em que os sertanejos estavam inseridos na socialização primária, havia uma sequência de aprendizado com três etapas que se distinguem da seguinte forma: entre os cinco e sete anos até aproximadamente os doze anos de idade, a criança acompanhava o pai que lhe ensinava a importância de o indivíduo fazer o seu trabalho com afinco, por meio da realização de tarefas que prescindiam do uso de quaisquer instrumentos; após os doze anos, utilizavam enxadas e pás na plantação, mas eram ainda orientados no seu manejo pelos pais; a etapa seguinte era o desenvolvimento de atividades realizadas sem o acompanhamento dos pais, quando passavam a tratar dos animais ou trabalhar em um roçado sozinhos, o que pressupunha a interiorização do trabalho como algo que deve ser realizado com responsabilidade. A passagem para essa última etapa é decisiva na socialização do sertanejo, pois é aí que se conclui a sua socialização primária, na medida em que se forma na sua consciência o outro generalizado, que, de acordo com Berger e Luckmann (2001: 179), é quando ocorre a “interiorização da sociedade enquanto tal e da realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma identidade coerente”.

Com base nas interações sociais dos entrevistados travadas no transcurso de suas infâncias, pode-se afirmar, como defende Grigorowitschs (2008), apoiada na estrutura teórica de Simmel (1983), que as crianças, embora inseridas no universo cultural forjado em um ambiente constituído de poucas interações com membros externos aos da família, em razão da

complexidade característica do ser humano, são, a despeito da autoridade que lhes impõe uma ordem comportamental, ativas no processo de socialização, de tal maneira que se particularizam em suas personalidades.

Destarte, a socialização não é total nem finita, dado que o indivíduo, além de se constituir em parte ativa das interações sociais responsáveis pela endoculturação dos agentes envolvidos, está sujeito a socializações secundárias. Portanto, considerando o fato de que a socialização é uma construção da fusão de processos, têm-se que a aquisição de saberes especializados ocupa um papel importante na formação da identidade. Para Berger e Luckmann (2001), esses saberes especializados se constituem na consciência do indivíduo tendo a socialização primária pressuposta, significando que as novas interiorizações ocorrem em uma personalidade já formada. Decorre daí que se pode verificar um processo que vai da pura extensão da socialização primária até a possibilidade de uma mudança da realidade subjetiva apreendida nas interações com os membros da família de origem.

3. Do trabalho de criança ao de adulto

No sertão vivido pelos sertanejos pesquisados, eram atribuídas aos meninos, entre os seis e sete anos de idade, atividades no roçado e no trato de animais. O *parceiro-morador* começou a trabalhar tão cedo que não conseguiu identificar com precisão a idade que tinha: “Eles me botaram para pastorear uns animais numa capoeira de roça. O trabalho era não deixar os animais irem para o roçado. Eu era tão pequeno que ganhava só um tostão ao dia”. O *vaqueiro* também foi iniciado no trabalho muito jovem. Ao ser indagado com que idade começara a trabalhar, respondeu vagamente: “Eu era muito pequeno...”.

Há uma questão derivada das condições objetivas de reprodução do sertanejo que condiciona o jovem a ingressar cedo no trabalho. Isso foi evidenciado por Durhan (1973), quando pesquisou imigrantes nortescinos em São Paulo e concluiu acerca do trabalho infantil na área rural que a predominância da tecnologia rudimentar implica na segmentação produtiva e trabalhos assemelhados. Portanto, o aumento da produção é condicionado pelo aumento na quantidade de trabalho, ou seja, não resulta de sua inovação, de mudanças qualitativas. Nessa perspectiva, como explica Durhan (1973: 116), a escola não “constitui um instrumento de melhoria de vida, desde que não há, na sociedade rural, posições favoráveis a serem ocupadas pelo trabalhador escolarizado”.

Essa condição para se efetivar aumento da produção torna desnecessária a aquisição de conhecimento, uma vez que é mais útil para o grupo familiar que o jovem ingresse mais rapidamente no trabalho. Por outro lado, questões ligadas à tradição também se encontram presentes na determinação da inserção do jovem no mundo do trabalho. A idade de sete anos, como limite para o menino começar a trabalhar, remonta à Antiguidade. Fundou-se nas sociedades pastoris e agrícolas uma cultura permeada de simbologia dos números, em que, de acordo com Pastoureau (1996: 246), se estabeleciam as seguintes distinções: “a *infantia* (até os 7 anos), a *pueritia* (dos 7 aos 14 anos), a *adulescentia* (de 14 a 21 ou 28 anos), a *juventus* (de 21 ou 28 a 35 anos), a *virilitas* (de 35 a 55 ou 60 anos) e a *senectus* (acima dos 60 anos)”.

A necessidade do trabalho da criança acrescido ao costume do jovem iniciar cedo no trabalho é o que ainda hoje faz um contingente expressivo de crianças no semiárido se inserir tão precocemente no trabalho, e que causa estranhamento naqueles já habituados com a classificação das idades apoiada na tradição das sociedades industrializadas, para a qual o tempo para estudar se estende mais longamente, variando com cortes impostos pelo mercado de trabalho, alicerçados na necessidade de conhecimentos que deve ter o trabalhador para a operacionalização dos equipamentos e adaptação às técnicas organizacionais.

Acontece que não é só à tradição herdada da colonização a que se deve creditar a prática da inserção precoce das crianças no mundo do trabalho. A par disso, há que se considerar que, na primeira metade do Século XX, no semiárido, as escolas se concentravam nas cidades e vilas. A educação deve ser enfatizada nessa discussão porque, com ela, segmentou-se o tempo do indivíduo assentado em uma lógica diferente da elaborada no Medievo. Com a educação, institucionalizou-se o tempo de brincar, de aprender e de trabalhar; sabe-se o momento em que se encerra a infância e tem início a juventude. É com a obrigatoriedade escolar que se “estabelece uma clara demarcação entre infância e juventude no momento da conclusão dos estudos, do início da aprendizagem e ingresso no mundo do trabalho” (Schindler, 1996: 271).

O que se compreende das falas dos sertanejos é que, até a primeira metade do Século XX, a zona rural do semiárido não dispunha de escolas próximas; mas, além disso, eles começavam a trabalhar cedo porque a capacidade de produção das crianças era necessária à manutenção da família, além de ser valorizado pela tradição o aprendizado que se faz por

dentro, que se concretiza na execução do trabalho em si. No início, elas realizavam as atividades mais simples e, gradualmente, aprendiam novas tarefas, até que se tornavam conhecedores de todos os segredos do ofício.

O *parceiro-morador* e o *vaqueiro* não estudaram na juventude; o aprendizado deles foi tão somente alicerçado no trabalho, nas coisas úteis, importantes para a sobrevivência imediata. Vejamos em que eles trabalhavam e em quais condições exerciam o seu papel de jovens trabalhadores:

Aqui e acolá eu ajudava meu pai a plantar, ajudava ele a juntar feijão. Ele mandava plantar uns carocinhos contados, eram três caroços de feijão; quando era milho, eram quatro. Às vezes, quando a gente estava com vontade de acabar, plantava era de mão cheia. Acabar logo para ir embora, sair daquele sol quente, outras vezes da chuva, cheio de mosquito. Meu pai reclamava: por isso que o meu milho acabou depressa, vocês plantaram foi de mão cheia! Ora, se a terra for forte, plantam-se com quatro caroços, cinco caroços, que ela dá boa, dá um milho todo bom, mas se a terra for fraca, tem que plantar com menos caroços, que é para terra poder dar. Feijão, geralmente só presta com três caroços, se botar mais de quatro fica muito grande, aquela moita, e ao invés de dar mais dá é menos (Relato do *parceiro-morador*).

O *parceiro-morador* começou a trabalhar em pequenas atividades: evitar que os animais invadissem os roçados e destruíssem as plantações e de auxiliar nos roçados, colocando as sementes nas covas abertas pelos mais velhos. O trabalho era feito com as mãos e os pés, sem o uso de ferramentas; os adultos iam à frente abrindo as covas e as crianças os seguiam, colocando as sementes e fechando as covas com os pés. Na verdade, esse evento na trajetória de vida dos sertanejos não significa que eles se encontram tão somente em um período de aprendizagem; além disso, esse momento significa um rito de iniciação à vida adulta, de passagem, no sentido antropológico; trata-se um rito ao qual a criança reage ao executar a tarefa de forma contrária às instruções e aos ensinamentos dos pais. A lição já fora dada: “Se for feijão, três caroços; milho, quatro”. Mas o *parceiro-morador* não queria estar ali. Provavelmente seus pensamentos o dirigiam para os passarinhos e os pequenos roedores que ele caçava, e por isso ele “plantava era de mão cheia”.

As lembranças dos outros sertanejos também apontam atividades semelhantes àquelas que o *parceiro-morador*. Como disse o *vaqueiro*, junto ao irmão, acompanhava sua mãe, que trabalhava por dois homens: cavava de um lado e

de outro, abria duas fileiras de covas. E os dois, assim como o *parceiro-morador*, complementavam o trabalho, colocando as sementes e fechando as covas.

O *parceiro-morador* e o *vaqueiro* passaram por um primeiro estágio: o de executar tarefas mais simples entre os seis, sete anos, até os oito, nove anos, quando então já se encontravam aptos a realizar atividades que demandavam mais responsabilidades, entrando assim em outro estágio. Com o passar dos anos, eles aprenderam atividades que exigem mais atenção, como o trabalho com ferramentas e que utiliza a força animal.

O *parceiro-morador*, por exemplo, depois de iniciado no mundo do trabalho, foi encarregado de ir para a moagem de cana: trabalho duro, de maior responsabilidade. Já não era mais com seu pai, era trabalho para os outros. As tarefas eram realizadas somente por ele; já estava disciplinado, acostumara o corpo à dureza do trabalho no campo, “sob o sol, sob a chuva, com mosquitos...”. Agora ele não auxiliava outro. Ele próprio era o responsável, entrou em outro estágio; estava aos dez anos realizando trabalho de adulto:

Quando eu tinha uns nove, dez anos, me botaram para tanger boi, num moedor de cana. Cana plantada na serra da Meruoca. Colhia a garapa, levava para os tachos, que era para fazer a rapadura. No sertão tem cabras assim..., meio doidos. A gente ia dormir umas seis horas da noite, quando era meia noite já tinha dormido muito. Aqui, às vezes, a gente vai se deitar já dez, onze horas da noite. Lá... Quem trabalha, levanta-se cedo. Tanto faz: trabalhe em moagem de cana ou na farinhada se levanta cedo. Tinha dia que o caboclo chegava lá, me chamando, era uma meia noite. Minha mãe me acordava. Eu saía com uma lamparina velha na mão, por um caminho cheio de pedras, buracos, raízes das plantas; caía aqui, caía acolá; pegava os bois num mourão, onde eles ficavam amarrados. A gente começava a rodar uma hora da madrugada e ia até o dia amanhecer. Quando amanhecia, já tinha muito bagaço de cana. Parava os bois um pedacinho. Quando terminava de botar o bagaço fora, começava de novo e ficava rodando até nove, dez horas, fazia uma limpeza e começava de novo. Nessa arrumação nós íamos até às quatro horas da tarde. Trabalhava de doze horas da noite até às quatro da tarde (Relato do *parceiro-morador*).

Com nove anos de idade, o *parceiro-morador* cumpria uma jornada de trabalho de dezesseis horas, com breve interrupção para o almoço. O *vaqueiro* não precisou sua jornada de trabalho, mas provavelmente não era algo muito distinto, pois trabalhava com a mãe, durante o dia, no roçado, e à noite na confecção

de chapéus de palha. Essas informações deixam claro que é a entrada no mundo do trabalho que credencia o jovem para fazer parte do universo adulto, pois é aí que o menino aprende a ser homem, a ser gente, a ser trabalhador.

No aprendizado do trabalho, dá-se o ajustamento do sertanejo à conduta paterna, ao adotar como seu o sentimento e o valor devotado pelo pai ao labor. Porém, nos seus relatos, os sertanejos afirmaram que às vezes cometiam erros propositalmente. Com isso, demonstravam concretamente sua insatisfação contra o império que os obrigava a trabalhar aos seis ou sete anos de idade. Por outro lado, em outros trechos de suas falas, os sertanejos avaliam como positivo o fato de cedo terem se tornado trabalhadores, o que denuncia sua derrota e ajuste aos hábitos dos pais.

Chama atenção a gravidade que toma conta de suas feições e falas quando comentam suas iniciações no trabalho. O *parceiro-morador* diz: “Eles me botaram para pastorear uns animais numa capoeira de roça”. O *vaqueiro*, de peito estufado, por ser o responsável por colocar a comida na mesa de sua casa, comenta, ao receber uma proposta de trabalho no trato de animais, quando menino: “Nem perguntei quanto ia ganhar, se era um ou dois litros de leite. Terminei o serviço, peguei uma vasilha, talvez desse uns dois litros...”. O *pequeno proprietário*, envaidecido, emenda, não se contentando por ver seu pai ser felicitado porque ele, um garoto ainda, já o ajudava no roçado, e fala: “Puxa vida! Eu tenho nove anos, e as pessoas passam e parabenizam porque eu já trabalho com o meu pai”.

Uma rápida análise sobre essas passagens leva a pensar que se está diante de uma contradição, ou seja, que o indivíduo reluta e reage ao disciplinamento para o trabalho e, ao mesmo tempo, sente-se envaidecido porque se iniciou cedo no trabalho. Ora, isso acontece porque as observações se referem a dois momentos distintos. Quando emerge a reação ao trabalho, é um momento em que a fala do sertanejo é meramente um relato de uma parte de sua trajetória de vida. Ao se referir de maneira positiva ao ato de ter sido iniciado no trabalho quando ainda tinha sete anos de idade, o sertanejo está agindo como a pessoa que volta seu olhar para o passado com os hábitos e crenças atuais. Ele fala sobre o mesmo tema, mas agora emitindo juízo de valor, falando como quem participou de um processo de socialização que obteve sucesso, na medida em que assimilou os ensinamentos recebidos na infância e os incorporou como seus hábitos, passando assim a valorizar aquele que cedo começa a trabalhar.

O sertanejo não só assimila o trabalho como dignificante, mas também ancora aí elementos que o fazem construir uma representação de si próprio como superior aos cidadãos. Isso surgiu na fala do *parceiro-morador* de forma

codificada, quando em tom jocoso ele diz: “No sertão tem uns cabras assim... meio doidos”. Ora, o que o *parceiro-morador* está dizendo é que os sertanejos são trabalhadores porque dormem cedo e acordam ainda de madrugada para trabalhar, enquanto os da cidade vão dormir “já dez, onze horas da noite”. Para ele, entre os do sertão e os da cidade, há uma diferença de costume: os primeiros dormem cedo, acordam cedo e trabalham muito; já os outros cedem às tentações noturnas, dormem pouco e, assim, findam acordando sem muita disposição para o trabalho. Vê-se que se encontra presente na sua fala a construção de representações de si e do citadino que se opõem, uma vez que elabora a seguinte conclusão: eu sou melhor do que o citadino porque sou trabalhador, mas ele é superior porque fala com desenvoltura e sabe se comportar.

O *parceiro-morador*, ao discorrer sobre a importância do trabalho na formação do caráter do homem, diz: “(...) O homem tem que viver é do trabalho dele. Quem não trabalha inventa coisa: vai roubar, vai enganar os outros. Tem-se que viver, então se inventa alguma coisa que é para viver na moleza”. Ora, o sertanejo nesse trecho de sua fala está reproduzindo o discurso que estigmatiza o indivíduo desempregado como alguém propenso à marginalidade. Faz uso da expressão “o ócio é a mãe de todos os vícios”, utilizada pelos da cidade e, principalmente, pelos ocupantes dos *espaços sociais* mais elevados da hierarquia social, que a usam como estratégia para nivelar transgressores e desempregados (Ponte, 1993).

A representação do indivíduo sem trabalho o retrata como alguém que é potencialmente um transgressor. Essa representação está na base da justificativa que legitima a ação social estatal, e mesmo de algumas organizações não governamentais, direcionadas às crianças e adolescentes carentes, que almejam a todo custo qualificá-los para o ingresso imediato no mercado de trabalho. Aos filhos da classe média, o ócio criativo (esporte, estudo de línguas estrangeiras, artes); aos dos trabalhadores, ações que encurtem o caminho para uma vida produtiva, que os afastem do vício.

Conclusão

“*Com o suor do teu rosto, comerás o teu pão*”! É no cumprimento dessa sentença prescrita no Gênesis que os sertanejos atribuem o sentido da vida. Uma construção de sentido engendrada em um processo de socialização permeado de conflitos. Eram os pais que, ao exercerem a função de *pai-patrão-mestre de ofício*, inculcavam a ideia do trabalho como um valor dignificante. Isso se dava em uma *praxis* de interações sociais quase exclusivamente restrita aos membros

familiares, dado que viviam insulados em um modo de vida em que contatos com estranhos se constituíam em eventos esporádicos.

As memórias dos sertanejos delinearão um universo cultural, vivido em suas infâncias, na primeira metade do Século XX, em que o trabalho, para além de uma atividade vital à sobrevivência, era um valor moral estruturador da visão de mundo. Essa mentalidade aí fermentada se deslocou para as cidades, por intermédio de movimentos migratórios, em busca de oportunidades de trabalho nas cidades.

Infere-se que as crianças e os adolescentes sertanejos que marcharam para as cidades, acompanhando os pais em fuga de estiagens e/ou em busca de oportunidades de trabalho, já chegaram aptos para o exercício de atividades de pouca qualificação, de jornadas extenuantes e de baixa remuneração. Portanto, estavam aptos para entrar em relações de trabalho baseadas na exploração radical de suas forças, pois concebiam o dispêndio de suas energias em troca da sobrevivência como uma ação dignificante.

Ao se considerar a década de 1960, período de maior intensidade da migração campo-cidade na região Nordeste, em função das políticas públicas de industrialização, que se fortaleceram após a criação, em 1952, do Banco do Nordeste (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, observa-se que os sertanejos, que migraram em meados do Século XX, assentiam o trabalho como uma obrigação moral. Nesse sentido, estimando-se o desdobramento dessa mentalidade por mais duas gerações subsequentes, não é estranho ainda se encontrarem resquícios dos traços culturais aqui delineados sendo reproduzidos por adultos residentes nas cidades.

Enfim, a mentalidade do sertanejo, assentada na ideia do trabalho como essência valorativa do indivíduo, reproduziu-se na visão de mundo dos trabalhadores dos centros urbanos nordestino. Esse tipo de mentalidade se adequava às relações de trabalho favorecedoras de uma acumulação de riqueza baseada em uma remuneração correspondente ao limite da sobrevivência. Coadunou-se, então, o valor moral dos trabalhadores migrantes no sentido campo-cidade e dos seus descendentes aos interesses do capital industrial nascente.

Há aí as bases da consagração da ideia do trabalho como elemento formativo do cidadão distinguido como pessoa de valor social, de sorte que as políticas públicas direcionadas aos jovens das famílias da base da pirâmide social passaram a orbitar em torno de ações que encurtassem o caminho para o mercado de trabalho. Eis aí o consenso moral que se plasmou alcançando as cidades e naturalizou o trabalho, mesmo quando caracteristicamente precário, como algo moralmente relevante para a formação de crianças e adolescentes. Tal consenso

renitentemente se mantém na mentalidade de pais e mães situados nos estratos inferiores da pirâmide social, que, em última instância, corroboram para a desistência escolar de jovens matriculados na escola pública.

Referências

- ALENCAR, José de. *O sertanejo*. [s.l.], eBooksBrasil, 2002. Disponível em: <<https://www.baixelivros.com.br/literatura-brasileira/o-sertanejo>>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Editora ATLAS, 1986.
- ARGYLE, Michael. *A interação social: relações interpessoais e comportamento social*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- BARROSO, Gustavo. *Terra do sol: natureza e costumes do Norte*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- BRASIL. *Anuário Brasileiro de Educação Básica 2021*. 2021. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/index.html>>. Acesso em: 22 set. 2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1990. Disponível: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 22 set. 2023.
- CORSARO, William. *Sociologia da infância*. Porto Alegre, Penso Editora, 2011.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo, Ubu Editora, 2019.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto, Porto Editora, 1997.
- DURHAN, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.
- FEITOSA, Izabel Christina e DIMENSTEIN, Magda. Trabalho infantil e ideologia nas falas de mães de crianças trabalhadoras. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2004, pp. 59-75. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812004000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2023.
- GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo, Editora Ática, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

- GRIGOROWITSCHS, Tamara. Entre a sociologia clássica e a sociologia da infância: reflexões sobre o conceito de “socialização”. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. *Anais [...]* Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008, pp. 1-13. Disponível em: <<https://www.associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/33.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2024.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro, IBGE, 2012. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2023.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro Editora, 2001.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.
- NISBET, Robert. A comunidade. In: MARTINS, José de Souza e FORACCHI, Marialice Mencarine. *Sociedade e Sociologia*. São Paulo, LTC, 2000.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Sociologia da Infância no Brasil: quais crianças e infâncias têm sido retratadas?. *Contemporânea*. São Carlos, v. 8, n. 2, jul.-dez. 2018, pp. 441-468. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/644/pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2024.
- PASTOUREAU, Michel. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na idade medieval. In: GIOVANNI, Levi (Org.). *História dos Jovens*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1993.
- PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História*. Rio de Janeiro, CAMPUS, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo, Record, 2019.
- REDFIELD, Robert. *O mundo primitivo e suas transformações*. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1956.
- SCHINDLER, Nobert. Os tutores da desordem: rituais de cultura juvenil nos primórdios da Era Moderna. In: LEVI, Giovanni (Org.). *História dos jovens*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SICHES, Luis Recaséns. *Tratado de Sociologia*. Porto Alegre, Editora Globo, 1970.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983.
- VASCONCELOS, Carlos Alberto. Trabalho infantil na agricultura no nordeste do Brasil: Um estudo de caso. *Revista Interações*. Santarém, v. 16, n. 53, 2020, pp. 24-46. DOI: 10.25755/int.19219. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/19219>>. Acesso em: 17 set. 2023.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1991.

Data de recebimento: 12 de outubro de 2023

Data de aceite: 24 de julho de 2024

Como citar este artigo:

ARRUDA, Gerardo Clésio Maia; RAQUEL, Sheila Pires; ARRUDA, Raísa Pinheiro. Trabalho da criança e do adolescente no semiárido do Nordeste: um aprendizado de normas socialmente legítimas e juridicamente desviadas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.14, p. 1-25, e141283, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244/contemp.v14.1283>